



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

PROCESSO TC N.º 19.371/18

PENSÃO TEMPORÁRIA. Julga-se legal o ato e correto os cálculos de proventos elaborados pela repartição de origem, quando atendidos os requisitos da Lei. Concessão de Registro.

ACÓRDÃO AC1 TC 00311/19

1. PROCESSO TC N.º: 19.371/18

2. ORIGEM: Paraíba Previdência.

3. DADOS SOBRE A(S) PENSÃO:

3.1. BENEFICIÁRIO(S): MARIAH ANDREIA PESSOA BARBOSA – Temporária

3.2. DADOS DO SERVIDOR FALECIDO:

3.2.1. NOME: André Pereira Barbosa.

3.2.2. QUALIFICAÇÃO: Cabo, matrícula nº 522.693-7

3.3. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 40, § 7º, inciso I, Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03.

3.4. DATA DO ATO: 12/11/2018.

3.5. DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE: Diário Oficial de 22/11/2018.

3.6. AUTORIDADE EMITENTE: Presidente da PBPrev.

4. RELATÓRIO DA AUDITORIA: Concluiu que a pensão reveste-se de legalidade, razão porque sugeriu o registro do ato concessório.

5. PARECER DA PROCURADORIA: Oral, na sessão, em harmonia com a Unidade Técnica de Instrução.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, em sessão realizada nesta data, *ACORDAM*, à unanimidade, em **conceder registro** ao ato de **pensão Temporária da beneficiária MARIAH ANDREIA PESSOA BARBOSA**, favorecida do servidor falecido, Sr. André Pereira Barbosa, tendo presentes sua legalidade e os cálculos de proventos efetuados pela repartição de origem.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TCE – Sala das Sessões da 1ª Câmara, Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa.
João Pessoa, 21 de fevereiro de 2019.

Assinado 22 de Fevereiro de 2019 às 11:56



Cons. Marcos Antonio da Costa
PRESIDENTE

Assinado 22 de Fevereiro de 2019 às 10:10



Cons. Fernando Rodrigues Catão
RELATOR

Assinado 25 de Fevereiro de 2019 às 14:23



Manoel Antonio dos Santos Neto
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO